

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 14 DE NOVEMBRO DE 2007**-----

-----Aos catorze dias do mês de Novembro de dois mil e sete, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Maria Joana Vidinha Baptista, José Carlos da Silva e Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----ACTA - O executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a Acta da reunião de Câmara de vinte e dois de Outubro de dois mil e sete, a que a Sr^a Vereadora Manuela Cunha introduziu correcções.-----

-----TRÂNSITO - A Câmara deliberou Devido às obras que estão a decorrer na EN cento e dezoito e consequente utilização de parte da Nova Circular Urbana foi decidido, por necessidade, alterar a colocação de dois sinais de STOP, conforme descrição abaixo:-----

-----Urbanização Vila das Taipas II-----

-----RUA G-----

-----Bdois - Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos - lado direito da rua no cruzamento com a Rua B, no sentido EN cento e catorze/ Centro Coordenador de Transportes.-----

-----Bdois - Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos - lado direito da rua, no cruzamento com a Rua B, no sentido Centro Coordenador de Transportes/ EN cento e catorze.-----

-----ÁGUAS DO RIBATEJO - Foi presente a proposta, previamente distribuída pelos membros do executivo, que comporta os seguintes elementos:-----

-----Conceder parecer favorável à isenção de IMT à empresa AR _ Águas do Ribatejo, EIM;-----

-----Aprovação do Relatório do ROC;-----

-----Alteração da denominação social de Águas do Ribatejo, EIM para AR - Águas do Ribatejo, EIM.-----

-----O Sr. Presidente justificou o pedido de isenção do IMT pela empresa intermunicipal pelo facto de, sendo a subscrição de capital em espécie, não se justificar o esforço inicial das autarquias integrantes em dispendirem uma verba em IMT, a qual, após pagamento ao fisco das despesas de cobrança, reverterá para as próprias autarquias. É no sentido da subscrição do capital em espécie que se torna necessário o Relatório do ROC ora presente. Quanto à alteração da denominação por acréscimo da sigla a antepor, trata-se de um pormenor transmitido pelo jurista que procede à legalização da empresa.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que presume que, da primeira vez que o assunto foi submetido a este executivo, já existiria um pedido de denominação de firma para a sociedade e que deveria ser apresentada a nova versão do Pacto Social consagrando a nova denominação. Sobre o Relatório do ROC nada tem a opor. Porém, porque votou contra o projecto e os pressupostos em que assenta não se alteraram, por uma razão de coerência, continua a votar contra.-----

-----Submetida a votação a proposta do Sr. Presidente, a Câmara deliberou aprová-la por maioria.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício leu a sua declaração de voto, do seguinte teor:-----

-----«Voto Contra e faço Voto de Vencido nos três pontos da O.T. referentes à Empresa Municipal Águas do Ribatejo, em consonância com a minha posição acerca da sua constituição, a que, inequivocamente, me opus e cuja declaração de voto recorde:-----

-----"Voto contra e faço voto de vencido, porque o nosso compromisso assenta no que importa defender que são em exclusivo os interesses dos munícipes e do município de Almeirim, e não os interesses de ordem pessoal ou particular.-----

-----O modelo proposto não garante qualquer garantia de qualidade técnica e de gestão. Só a presença de um parceiro privado evitaria que tenhamos mais do mesmo.-----

-----Do ponto de vista financeiro o modelo proposto é penalizador para a autarquia de Almeirim. Também aqui considero imprescindível a presença de um parceiro privado.-----

-----Não estão salvaguardados os investimentos no nosso Concelho.-----

-----Qualquer modificação do tarifário terá que ter uma atenção especial para os mais idosos, famílias de menores recursos e consumidores dos mais baixos escalões de água. No projecto que aqui nos é apresentado nenhum destes pressuposto foi cumprido, pois os mais atingidos são precisamente os mais desfavorecidos, os reformados e os jovens.-----

-----Um Socialista não pode de modo algum subscrever este projecto, por tudo isto a proposta de viabilidade do projecto ÀGUAS DO RIBATEJO é inviável e não pode ser aprovado".-----

-----No entanto e particularmente em relação ao ponto "Isenção do IMT (Imposto Municipal sobre Imóveis), à Empresa "AR - Águas do Ribatejo", quero referir:-----

-----1º - Configura-se como uma situação de injustiça, em relação às empresas do Concelho que não beneficiaram desta isenção.-----

-----2º- A mesma não tem justificação, dado que a Empresa "AR - Águas do Ribatejo, já vai beneficiar, embora, na minha opinião, ilegalmente, da exploração gratuita de toda a rede de águas do Concelho de Almeirim. Note-se que não foi estipulado, como está

previsto na Lei, qualquer tipo de pagamento pela utilização deste bem público municipal, que foi inteiramente suportado pelos munícipes de Almeirim.-----

-----3º As isenções previstas no normativo legal (D.L. 287/2003) são reconhecidas a requerimento dos interessados, a apresentar antes do acto ou contrato, que origina a transmissão, junto dos serviços competentes para a decisão (vidé artº 10º nº 1 e nº 6 do CIMT).-----

-----4º- Relativamente ao reconhecimento das isenções em matéria de IMT, a que se refere as alíneas h), i), j) e l) do artº 6º do CIMT, ficou estabelecido, em concretização do poder tributário próprio dos municípios, que as mesmas dependessem previamente de parecer vinculativo a emitir pela Câmara Municipal competente territorialmente, comprovando o preenchimento dos requisitos para a atribuição da referida isenção (artº 10º nº 3 do CIMT), documento que de acordo com o nº 2 do artº 12º da lei 2/2007, tem que ser submetido a deliberação da Assembleia Municipal.----

-----Porque nenhum princípio foi cumprido, nem existe qualquer REQUERIMENTO a pedir a referida isenção, na minha modesta opinião, não está em condições de ser VOTADO.»-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou:-----

-----«O Partido Socialista conhece bem a posição do PSD/Almeirim relativamente aos pressupostos económicos e financeiros subjacentes à constituição da empresa intermunicipal, pelo que, no presente momento, escuso-me de voltar a enunciar os argumentos que motivaram a votar contra o projecto "Águas do Ribatejo, EIM". Dado que PSD é contra os moldes em que o projecto se encontra *definido*, e dado que esta proposta é apenas uma alteração da denominação social, é meu entendimento que não houve nenhuma alteração substancial que leva a repensar o voto. Nessa medida, voto contra e faço voto vencido contra a proposta de alteração da denominação.-----

-----Em relação à isenção da empresa do pagamento do IMT, a minha posição é a seguinte: o pedido de isenção fiscal não me suscita qualquer dúvida. Contudo, tendo por base os fundamentos

já acima referidos, voto contra e faço voto de vencido contra a proposta de isentar a empresa do pagamento de IMT.-----

-----Quanto ao relatório do ROC, quero apenas referir que deixou de constar a menção a uma entrada em dinheiro no valor de € 15.000. Em relação aos valores atribuídos ao imobilizado (capital em espécie) nada tenho a referir, dado que ROC é a entidade competente para efectuar esta avaliação. Nessa medida, faço fé nos valores ali expressos, e que certamente foram avaliados de acordo com a Directiva de Revisão e Auditoria (DRA) 841 - Verificação das Entradas em Espécie para a Realização de Capital das Sociedades.-----

-----Sem prejuízo de nada ter contra o relatório do ROC, voto contra e faço voto de vencido dado que este documento está associado à constituição da sociedade intermunicipal.»-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha abstém-se quanto à isenção de IMT e alteração da denominação e vota contra o Relatório do ROC, com voto de vencido, nos termos que aduz:-----

-----«Bem que discordando desde a primeira hora com a constituição da empresa Águas do Ribatejo, hoje considero que não é essa matéria que está em deliberação. E em relação à alteração do nome da empresa abstenho-me por ser matéria irrelevante. Quanto à isenção de IMT abstenho-me por considerar que, tendo os Municípios entrado com o capital em espécie, era mais uma verba que iria sair dos cofres da autarquia. Quanto ao Relatório do ROC, voto contra e faço voto de vencido, não por natureza técnica, mas porque ele está ligado a todo o processo de avaliação patrimonial que não foi pacífico e que está na base da constituição da empresa.»-----

-----O Sr. Presidente declarou:-----

-----«Votei a favor porque são três pontos que em nada afectam a posição da Câmara. No primeiro ponto, a isenção de IMT, é mesmo favorável, dado que, entrando em espécie no capital da empresa, a Câmara só teria a perder se obrigasse a empresa a pagar IMT. Todos estes pontos são pressupostos obrigatórios para o pedido de isenção à entidade competente, que não decidiria sem os

pareceres favoráveis da Câmara e da Assembleia Municipal respectivas.»-----

-----O Sr. Vice-Presidente declarou subscrever a posição do Sr. Presidente.-----

-----ZONA DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS - Foi presente a carta de Frisol, Instalações de Frio e Climatização, Lda solicitando autorização para vender as instalações que detém na Zona de Actividades Económicas de Almeirim com isenção da compensação a que se refere o Artigo cinquenta e quatro do Regulamento respectivo, devido à difícil situação financeira da empresa.-----

-----O Sr. Vice-Presidente perguntou se a Câmara tem poder legal para isentar do pagamento de uma compensação imposta pelo Regulamento.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício pretende informação da legalidade de um eventual deferimento deste pedido.-----

-----O assunto foi discutido pelo executivo, tendo o Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos dito que o requerente deve apresentar novo requerimento com a terminologia exacta no que refere à compensação, a que chama mais valias, o qual deve ser acompanhado de parecer do consultor jurídico.-----

-----PLANO DE PORMENOR DO CANTO DO JARDIM - Foi presente o processo referente à alteração ao Plano de Pormenor do Canto do Jardim, em Almeirim, da responsabilidade do técnico municipal, Arqº Artur Sampaio da Costa, com destino a aprovação, após o período de consulta pública.-----

-----A Srª Vereadora Manuela Cunha disse que, aparentemente, este processo esteve em consulta pública.-----

-----O Sr. Presidente insurgiu-se contra o termo 'aparentemente' e a Srª Vereadora disse querer saber a data da reunião de Câmara foi deliberado introduzir alterações ao Plano de Pormenor.-----

-----O Sr. Presidente recusou-se a responder e remeteu as respostas para o Sr. Arqº Sampaio, que chamou à reunião, acrescentando que só o técnico o poderá fazer.-----

-----A Sr^a Vereadora disse que considera que não é o Arq^o que pode responder, não sendo ele político, não participando nas deliberações.-----

-----Já com a presença do técnico foram esclarecidas as dúvidas suscitadas pelo Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos, designadamente, que o Plano de Pormenor inicial previa uma zona de estacionamento e de implantação do Centro de Saúde que não foi respeitada por parte dos serviços do Ministério da Saúde e que ora se pretende harmonizar com a realidade. Houve também que criar no instrumento urbanístico a possibilidade de construção de anexos nos lotes habitacionais que o integram.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que é alegado que o PP esteve a consulta pública e, previamente, teve que haver uma deliberação para proceder à alteração do mesmo, gostaria que lhe lembrassem a data pois não se lembra em reunião de Câmara.-----

-----O Sr. Arq^o historiou a informação do trajecto legal deste tipo de documentos até à sua aprovação em Assembleia Municipal, sob proposta do executivo.-----

-----A Sr^a Vereadora disse ao Sr. Arq^o para lhe dar uma cópia da deliberação, porque já cá anda há seis anos e só se lembra de uma para a vivenda da Dr^a Marília.-----

-----O técnico disse que, após receber a ordem, procedeu em conformidade, enviou à CCDRLVT que mandou fazer ajustes e submeter a consulta pública, após o que a mesma entidade se pronunciará. Não foi ele que decidiu, para o fazer decerto recebeu ordens da Câmara, porque da sua parte só tem que respeitar as ordens dos superiores e os Regulamentos do PDM e do PU.-----

-----Submetida à votação, foi a alteração ao Plano de Pormenor do Canto do Jardim aprovada por maioria, com a abstenção da Sr^a Vereadora Manuela Cunha, que fez a seguinte declaração de voto:-

-----«Mais uma vez o que está em causa não é a proposta em si, mas o facto de se ter passado por cima dos procedimentos normais de funcionamento de uma autarquia. Não me lembro que a alteração introduzida a este Plano de Pormenor que foi posto a discussão

pública tenha, alguma vez, sido aprovada em reunião de Câmara. Mas como a minha memória pode ser falível, pedi simplesmente ao Sr. Presidente a data da deliberação desta situação, pedido que, aparentemente, incomodou muito o Sr. Presidente, talvez por ele nunca ter acontecido. No que diz respeito à proposta aqui apresentada, reservo-me o direito de ainda poder falar sobre ela, se assim o entender.»-----

-----O Sr. Presidente comentou que é uma certa presunção.-----

-----O Sr. Arqº consultou o processo e, do mesmo, leu o Aviso número mil oitocentos e vinte e um de dois mil e cinco, do Diário da República, Segunda Série, publicado em vinte e dois de Março de dois mil e cinco, que invoca a deliberação do executivo de sete de Fevereiro de dois mil e cinco.-----

-----O Sr. Vice-Presidente Pedro Ribeiro comentou que, após a intervenção do Sr. Arqº Sampaio, mais uma vez se prova que a Srª Vereadora Manuela Cunha, ao contrário do que diz, não faz os trabalhos de casa.-----

-----A Srª Vereadora disse: «Não fiz esta pergunta por acaso, primeiro, porque não me lembrava do facto ter ocorrido nesta mesma matéria, e não encontrei em casa nenhum documento que o confirmasse. Segundo, porque no anterior mandato, o que veio a reunião de Câmara foi o caso duma moradora, por isso quis confirmar a deliberação anterior e pedi ao Sr. Presidente essa confirmação, resposta que não me foi dada, nem antes nem depois da reunião de Câmara.»-----

-----Às dezasseis horas e trinta e três minutos o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Chefe de Repartição da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.-----

Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição

